



The importance of breastfeeding in promoting maternal and child health: nutrition, emotional bonding and public health policies

Andrés Santiago Quizhpi López¹; Alexandre Maslinkiewicz²; Adrielly Lorrane Azevedo Melo³; Débora Gomes de Sousa Araújo⁴; Gustavo Henrique Castro de Andrade⁵; Joicean Serafim Dos Santos Souza⁶; Michelle Gouveia da Silva Maciel⁷; Vitória Fortes Coutinho Chaves⁸; Thiago Ruam Nascimento⁹; Thamyres Maria Silva Barbosa¹⁰

ISSN: 2178-7514

Vol. 16 | Nº. 1 | Ano 2024

RESUMO

O aleitamento materno é uma prática essencial que transcende a simples alimentação, exercendo um papel fundamental na promoção da saúde materno-infantil. Reconhecido globalmente por organizações de saúde como a Organização Mundial da Saúde (OMS), o aleitamento materno exclusivo é recomendado durante os primeiros seis meses de vida do bebê. O objetivo deste estudo é elucidar a importância do aleitamento materno, explorando sua essencial relação no binômio mãe-filho, destacando também a relevância da amamentação e o papel das políticas públicas na facilitação e promoção deste processo. Para tanto, foi realizada uma revisão narrativa da literatura, com a coleta de dados por meio de uma busca abrangente em plataformas como PubMed, SciELO, BVS e Google Scholar, além de órgãos governamentais como a OMS e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Os critérios de inclusão focaram em trabalhos pertinentes à temática proposta, disponíveis integralmente e de forma gratuita, e publicados dentro do período selecionado. Os estudos que não estavam diretamente relacionados ao tema ou que não ofereciam dados claros, assim como aqueles inacessíveis na íntegra ou que não passaram por revisão por pares, foram excluídos para manter o rigor e a qualidade da revisão os resultados e discussões revelou uma complexa interação de fatores que influenciam a prática do aleitamento materno, destacando tanto os desafios quanto os benefícios associados. Os resultados indicaram que, enquanto o leite materno oferece todos os nutrientes necessários para o desenvolvimento inicial do bebê, além de proteção imunológica crucial, os benefícios fornecidos para saúde e os possíveis desafios enfrentados nesse período. Com isso, concluiu-se que a amamentação não apenas favorece o desenvolvimento saudável do bebê em termos nutricionais e imunológicos, mas também fortalece o vínculo afetivo entre mãe e filho, essencial para o desenvolvimento emocional e psicológico da criança. As políticas públicas desempenham um papel crucial ao oferecer suporte adequado às mães, o que inclui garantir licença maternidade adequada, acesso a locais apropriados para amamentação e programas de educação que promovem e sustentam a prática da amamentação.

Palavras-chave: Aleitamento Materno, Políticas Públicas de Saúde, e Saúde materno-infantil.

ABSTRACT

Breastfeeding is an essential practice that goes beyond simple nutrition, playing a fundamental role in promoting maternal and child health. Recognized globally by health organizations such as the World Health Organization (WHO), exclusive breastfeeding is recommended during the first six months of a baby's life. The objective of this study is to elucidate the importance of breastfeeding, exploring its essential relationship in the mother-child binomial, also highlighting the relevance of breastfeeding and the role of public policies in facilitating and promoting this process. To this end, a narrative review of the literature was carried out, with data collection through a comprehensive search on platforms such as PubMed, SciELO, VHL and Google Scholar, as well as government bodies such as the WHO and the Pan American Health Organization (OPAS). The inclusion criteria focused on works relevant to the proposed theme, available in full and free of charge, and published within the selected period. Studies that were not directly related to the topic or that did not offer clear data, as well as those that were inaccessible in full or that did not undergo peer review, were excluded to maintain the rigor and quality of the review. The results and discussions revealed a complex interaction of factors that influence the practice of breastfeeding, highlighting both the challenges and the associated benefits. The results indicated that, while breast milk offers all the nutrients necessary for the baby's early development, in addition to crucial immunological protection, the health benefits provided and the possible challenges faced during this period. With this, we concluded that breastfeeding not only favors the healthy development of the baby in nutritional and immunological terms, but also strengthens the emotional bond between mother and child, essential for the child's emotional and psychological development. Public policies play a crucial role in providing adequate support to mothers, which includes ensuring adequate maternity leave, access to appropriate places for breastfeeding, and education programs that promote and sustain the practice of breastfeeding.

Keywords: Breastfeeding, Public Health Policies, and Maternal and Child Health.

- 1 Universidad Católica de Cuenca sede Azogues
- 2 Universidade Federal do Piauí (UFPI)
- 3 Escola superior de ciências da saúde - ESCS
- 4 Hospital Universitário Júlio Bandeira – HUIB/UFMG/ EBSERH
- 5 Centro Universitário UniFTC
- 6 Universidade Paulista-UNIP
- 7 Universidade Paulista-UNIP
- 8 Universidade Federal do Piauí - UFPI
- 9 Uninassau
- 10 Universidade Paulista

Autor de correspondência

Thamyres Maria Silva Barbosa

Thamyresmaria726@gmail.com

INTRODUÇÃO

A amamentação, uma prática ancestral, transcende ser meramente uma forma de alimentação para bebês, atuando também como um elemento crucial na promoção da saúde do binômio mãe-filho. Entidades internacionais de saúde, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), enfatizam vigorosamente a lactação exclusiva durante os primeiros seis meses de vida do recém-nascido⁽¹⁾.

Após esse período, sugere-se a introdução de alimentos complementares apropriados, mantendo o aleitamento materno até os dois anos de idade ou mais. Essa prática é considerada uma das intervenções mais eficazes para garantir a saúde infantil e materna, apresentando benefícios que vão além do âmbito nutricional⁽¹⁾.

Nutricionalmente, leite humano é uma composição ideal de gordura, vitaminas, minerais e proteínas, essencial para o desenvolvimento cerebral e físico da criança. Além disso, ele se ajusta às mudanças nas necessidades alimentares do bebê ao longo do tempo, o que não ocorre com substitutos industriais. Os benefícios imunológicos também são significativos visto que o contém anticorpos e componentes imunológicos que protegem o recém-nascido de infecções comuns da infância, como diarreia, pneumonia, que são causas importantes de morbidade e mortalidade em crianças menores de cinco anos⁽²⁾.

A alimentação natural também promove um vínculo afetivo significativo entre mãe e bebê do ponto de vista emocional e psicológico. Esse laço é fundamental para o crescimento da criança, potencialmente melhorando seu comportamento e a habilidade de estabelecer relações saudáveis no futuro. Além disso, essa prática traz vantagens para a mulher, como a diminuição do risco de depressão pós-parto e hemorragias⁽²⁾.

As políticas públicas de saúde também são fundamentais na promoção e no suporte ao aleitamento materno. Diversas leis e iniciativas globais e nacionais visam proteger e incentivar essa prática. No Brasil, a Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes, que restringe a publicidade de substitutos, e a Lei nº 11.265/2006, que regula a comercialização desses produtos, são exemplos de como o governo busca minimizar influências externas que possam desencorajar a amamentação⁽³⁾.

Além disso, a Lei nº 13.435/2017 instituiu agosto como o Mês do Aleitamento Materno no Brasil, destacando a relevância dessa prática e ampliando o alcance das ações de conscientização e informação. Essa iniciativa legislativa busca engajar não apenas as famílias, mas também profissionais de saúde, instituições e a sociedade em geral em uma ampla discussão sobre os benefícios e a sua importância⁽⁴⁾.

Estas iniciativas são complementadas por políticas que garantem à mãe o direito à licença maternidade remunerada e locais apropriados para a amamentação em locais de trabalho, como

determinado pela Lei nº 11.770/2008, conhecida como Lei do Salário-Maternidade. Essas medidas legais são essenciais para que as mães possam amamentar por mais tempo, conciliando de forma mais efetiva a vida profissional e o cuidado com o filho⁽⁵⁾.

Ademais, o objetivo desse estudo é elucidar a importância do aleitamento materno, explorando a sua essencial e relação no binômio mãe-filho, como também destacar a relevância da amamentação e o papel das políticas públicas na facilitação e promoção deste processo.

METODOLOGIA

Neste estudo, adotamos uma metodologia baseada na revisão narrativa de literatura, com o objetivo de compreender a fundo a importância da nutrição materna, avaliando como as políticas públicas podem influenciar essa prática. Para tanto, procedeu-se à coleta de dados através de uma busca abrangente em plataformas de busca, tais como PubMed, SciELO (Scientific Electronic Library Online) BVS (Biblioteca virtual de saúde) e Google Scholar, além de órgãos governamentais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde).

A pesquisa abrangeu os seguintes descritores: “aleitamento materno”, “políticas públicas de saúde”, e “saúde materno-infantil”. Foram incluídos no estudo, artigos de pesquisa originais, teses, dissertações e leis governamentais ou de organizações de saúde, publicados em português, e entre 2019 a 2024.

Os critérios de inclusão focaram em trabalhos que estivessem dentro da temática proposta, disponíveis na íntegra e de forma gratuita, como também estivessem dentro do período selecionado. Quanto aos critérios de exclusão, foram descartados os estudos que não estavam diretamente relacionados ao tema, que não ofereceram dados claros, trabalhos que não estavam acessíveis na íntegra ou publicações que não passaram por revisão por pares também foram excluídos para manter o rigor e a qualidade da revisão.

Após a seleção dos materiais, procedeu-se à leitura detalhada e à extração de informações pertinentes. Os dados foram organizados em categorias temáticas e analisados para apresentar uma visão integrada e compreensiva dos aspectos nutricionais, emocionais e políticos envolvidos na lactação. Esta análise permitiu não apenas sintetizar os achados dos estudos, mas também explorar as conexões entre eles, proporcionando uma discussão rica e fundamentada sobre o tema.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A revisão narrativa da literatura revelou uma diversidade de abordagens relacionadas a alimentação, demonstrando sua significância incontestável na promoção da saúde materno-infantil. Os resultados obtidos estão divididos em categorias principais: tipos de nutrição materna, benefícios nutricionais, desafios relacionados à amamentação, consequências do desmame precoce e influência das políticas públicas de saúde.

Tipos de aleitamento materno

O leite materno é essencial para a nutrição de recém-nascidos e crianças, sendo produzido pelas glândulas mamárias sob a influência de dois hormônios principais: a prolactina e a oxitocina. Esses hormônios regulam não apenas a produção, mas também a composição do leite, que se adapta às necessidades em constante mudança do bebê ao longo do tempo ⁽⁶⁾.

Nos primeiros dias após o parto, a lactação materna que é produzida chama-se colostro. Este é espesso e de cor amarelada, notavelmente rico em proteínas e anticorpos, que fornece ao recém-nascido uma proteção imunológica vital para os primeiros dias de vida. O colostro é especialmente desenvolvido para ser facilmente digestível e para preparar o trato intestinal para os alimentos ⁽⁶⁾.

Após o período inicial do colostro, o leite entra em um período de transição. Durante esta fase, que dura aproximadamente duas semanas, o volume aumenta significativamente e sua composição começa a mudar. Gradualmente, a concentração de proteínas diminui, enquanto os níveis de gorduras e lactose aumentam ⁽⁷⁾.

Após essa etapa de transição a lactação é categorizado por fases para que haja um bom desenvolvimento da criança ao longo do tempo. São classificados em três tipos: exclusivo, predominante e complementado, cada um adaptando-se às fases de desenvolvimento. Na Nutrição exclusivamente integral, que é altamente recomendado pelas autoridades de saúde até os seis meses de vida, o bebê recebe somente leite materno, sem qualquer adição de outros fluidos ou sólidos ⁽⁸⁾.

O predominante permite-se a inclusão de água ou outros líquidos, como sucos e chás, mas a amamentação permanece como a principal fonte de nutrição. Essa modalidade oferece uma flexibilidade que pode ser necessária em certas situações. Já o complementado geralmente começa após os seis meses, com a introdução de alimentos sólidos, continuando a nutrição materna como uma parte significativa da dieta ⁽⁸⁾.

Benefícios nutricionais

A lactação oferece vantagens nutricionais incomparáveis que são essenciais para o desenvolvimento saudável. O leite humano contém misturas ideais de gorduras, proteínas e vitaminas que são precisamente equilibradas para atender às necessidades do recém-nascido. Além dos macronutrientes, também fornece uma variedade de nutrientes essenciais, incluindo ferro, cálcio e vitaminas A, C e D, que são cruciais para o desenvolvimento imunológico e neural ⁽⁹⁾.

Os benefícios vão além da ingestão, devido a grande variedade de anticorpos e outros componentes que protegem o bebê contra infecções e doenças. Essa proteção natural é essencial nos primeiros meses de vida quando o sistema imunológico da criança ainda está se desenvolvendo. Estudos mostram que crianças que consomem o leite materno têm menos infecções respiratórias, gastrointestinais e uma menor incidência de condições crônicas como asma e obesidade mais tarde na vida ⁽⁹⁾.

Além dos benefícios, a lactação humana confere diversas vantagens para a saúde materna, incluindo a involução uterina ao tamanho pré-gestacional e a diminuição do risco de hemorragias no período pós-parto. Adicionalmente, está associada a uma redução na incidência de câncer de mama e ovário e exerce um papel protetor significativo contra a osteoporose.¹³

O processo de amamentação desempenha um papel fundamental no estabelecimento de um vínculo afetivo entre mãe e filho, tornando-se essencial para o desenvolvimento emocional e psicológico de ambos. Durante a esse período ocorre a liberação de hormônios como a oxitocina que intensifica essa conexão e pode atenuar o risco de depressão pós-parto na mãe, reforçando os benefícios psicossociais associados à prática⁽¹⁰⁾.

No entanto, para que as mães maximizem os benefícios do aleitamento materno, é crucial que elas recebam suporte adequado desde o pré-natal até o puerpério. Os Profissionais de saúde devem estar equipados para fornecer conselhos confiáveis e práticos sobre esse processo, ajudando-as a superar qualquer desafio que possam enfrentar durante esse período⁽¹⁰⁾.

Desafios relacionados à amamentação

A nutrição natural apresenta desafios significativos que podem ser estressantes tanto para o binômio. Um dos primeiros obstáculos evidenciados frequentemente pelas mães é a dificuldade em conseguir que o bebê tenha a

pega correta do seio, esse fator pode levar a problemas como dor, fissuras e sangramentos, tornando assim, cada sessão de amamentação uma experiência desconfortável e às vezes insuportável⁽¹¹⁾.

Um desafio frequente na lactação é a incerteza sobre a quantidade de leite humano produzido. Muitas genitoras se preocupam se estão fornecendo o volume suficiente para saciar a fome da criança, essa preocupação pode gerar ansiedade que posteriormente, irá diminuir a secreção láctea devido ao estresse⁽¹¹⁾.

Adicionalmente, complicações físicas como a ingurgitação mamária, caracterizada pelo excessivo enchimento das mamas, podem agravar essa condição, dificultando a sucção adequada pelo recém-nascido e intensificando o desconforto materno. Outro ponto relevante é a reintegração das mães ao trabalho, devido à falta de apoio adequado dos empregadores e a infraestrutura precária para a extração e armazenamento de leite, junto com horários de trabalho inflexíveis, podem forçar as mães a desmamarem prematuramente⁽¹²⁾.

Consequências do desmame precoce

O desmame precoce, é definido como a interrupção da amamentação antes dos seis meses de idade recomendados, o que pode acarretar em múltiplas consequências para a saúde materno-infantil. Nos lactentes, a cessação antecipada do aleitamento materno pode privá-los de nutrientes críticos e anticorpos essenciais, fundamentais

para o desenvolvimento e a imunidade. Essa privação aumenta a suscetibilidade a infecções e pode contribuir para uma maior incidência de doenças crônicas na vida posterior⁽¹³⁾.

Do ponto de vista materno, a interrupção precoce da lactação está associada a uma recuperação pós-parto mais prolongada e a complicações como mastite e ingurgitamento mamário. Adicionalmente, a literatura indica uma correlação significativa entre o desmame antecipado e o aumento na incidência de depressão pós-parto, esses dados sugerem que a manutenção prolongada da amamentação pode ter efeitos benéficos sobre o bem-estar psicológico materno⁽¹³⁾.

Do espectro socioeconômico e de saúde pública, o término precoce da lactação pode resultar em uma intensificação do ônus para os sistemas de saúde, devido a incidência das taxas de morbidade entre crianças não lactantes e ao uso mais frequente de recursos médicos. Além disso, há implicações econômicas diretas para as famílias, que podem enfrentar custos adicionais com alimentação substitutiva e tratamentos médicos para condições associadas à ausência de amamentação⁽¹⁴⁾.

Em face dessas evidências, políticas de saúde pública devem enfatizar a importância do aleitamento materno exclusivo por seis meses e o suporte contínuo à nutrição até os dois anos de idade ou mais, conforme recomendado pela Organização Mundial da Saúde. Essas políticas devem incluir programas de educação

que reforcem os benefícios, bem como o desenvolvimento de infraestruturas de apoio que facilitem a lactação prolongada, especialmente em ambientes de trabalho⁽¹⁴⁾.

Portanto, a promoção do aleitamento materno e a prevenção do desmame precoce devem ser consideradas prioridades dentro dos esforços de saúde pública, visando não apenas melhorar os desfechos de saúde infantil, mas também promover a qualidade de vida das mães, com reflexos positivos para a sociedade como um todo.

Influências das políticas públicas de saúde

A influência das políticas públicas de saúde no suporte ao aleitamento materno é um tema crítico. Estudos indicam que intervenções governamentais, tais como legislações que garantem licenças maternidade prolongadas e espaços adequados para amamentação em locais de trabalho, têm impacto direto nas taxas de nutrição exclusiva e prolongada, essa implementação dessas pode mitigar algumas das barreiras comuns que as mães enfrentam, oferecendo-lhes o suporte necessário para continuar da lactação após o retorno ao trabalho⁽¹⁵⁾.

Adicionalmente, políticas de saúde que incluem programas de educação e conscientização sobre os benefícios da nutrição materna contribuem significativamente para alterar percepções culturais e práticas relacionadas ao aleitamento materno. Por exemplo, campanhas de informação dirigidas a famílias e profissionais

para que possam aumentar o conhecimento geral sobre as técnicas adequadas de lactação e a importância do leite materno para a saúde do bebê, reduzindo assim o índice de desmame precoce⁽¹⁵⁾

Da perspectiva da saúde coletiva, a criação de normas e recomendações claras para o manejo da lactação em hospitais e clínicas é fundamental. Os estabelecimentos de saúde que adotam práticas baseadas em evidências, como a iniciativa Hospital Amigo da Criança da OMS, demonstram melhores resultados em termos de início precoce e aleitamento materno exclusivo, incluindo práticas como o contato pele a pele imediato após o nascimento e o apoio contínuo por parte de pessoal capacitado⁽¹⁵⁾.

No contexto de políticas de alimentação infantil, a regulamentação da comercialização de substitutos do leite materno também desempenha um papel crucial. Restrições à publicidade e promoção de fórmulas infantis são essenciais para prevenir que mensagens comerciais enganosas influenciem negativamente as decisões. Tais ações ajudam a manter o foco na amamentação como a melhor opção para a alimentação infantil nos primeiros anos de vida⁽¹⁶⁾.

Finalmente, a integração das ações de nutrição materna em programas de saúde materno-infantil amplos pode fortalecer os sistemas, devido a sua promoção de práticas de cuidado preventivo. A lactação é uma estratégia de pública eficaz que reduz custos com saúde ao diminuir a incidência de várias doenças infecciosas e crônicas tanto em crianças quanto em mães⁽¹⁶⁾.

Portanto, o suporte governamental robusto ao aleitamento materno é essencial para atingir metas nacionais e internacionais de saúde coletiva, para que haja uma melhora nos desfechos de saúde para gerações futuras.

CONCLUSÃO

O aleitamento materno é uma prática essencial que vai além da mera alimentação, exercendo um papel crucial na promoção da saúde de mães e bebês. A amamentação exclusiva nos primeiros seis meses de vida promove todos os nutrientes vitais e anticorpos necessários, protegendo o bebê contra diversas doenças e favorecendo um desenvolvimento saudável.

Durante a pesquisa foi evidenciado que as políticas públicas de saúde têm um papel crucial nesse contexto, devido a sua promoção e apoio dessa prática através de legislações que protegem e incentivam a amamentação, como espaços apropriados em locais de trabalho e licença maternidade adequada. Essas medidas não apenas facilitam a continuação do aleitamento materno, mas também apoiam as mães na integração entre a maternidade e a vida profissional.

Portanto, é fundamental que haja um esforço contínuo e integrado de profissionais de saúde, legisladores e a sociedade para fomentar uma cultura que valorize e suporte o aleitamento materno. Isso garantirá não só a saúde e o bem-estar dos bebês e suas mães, mas também contribuirá para a formação de gerações futuras mais saudáveis e resilientes.

REFERÊNCIAS

1. Taveiro EAN, et al. Adesão ao aleitamento materno exclusivo em bebês de 0 a 6 meses nascidos em um hospital e maternidade do município de São Paulo. *Rev Bras Cienc Saude*. 2020 Mar;24(1). Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6032.2020v24n1.44471>.
2. Peres JF, et al. Percepções dos profissionais de saúde acerca dos fatores biopsicossocioculturais relacionados com o aleitamento materno. *Saúde Debate*. 2021 Mar;45(128):141-51. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104202112811>.
3. Brasil, Ministério da saúde. Lei nº 11.265. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11265.htm.
4. Brasil. Legislação Federal - Senado Federal. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/17676989>.
5. Brasil. Ministério da saúde Lei nº 11.770. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11770.htm.
6. Pereira, EL. Fatores associados ao aleitamento materno e ao desenvolvimento da criança. dezembro de 2022. repositório. pucgoias.edu.br, <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/5257>.
7. Matos, BA. Adaptações do leite materno de acordo com as demandas do recém-nascido. Unidade de ensino superior de feira de santana bacharelado em enfermagem, Trabalho de conclusão de curso, feira de santana-ba 2021
8. Silva, ACP, et.al. *Revista de APS*. 2021;24(1). doi: 10.34019/1809-8363.2021.v24.16429.
9. Silva, M.A.S, et.al. Relação entre os tipos de aleitamento materno e o consumo de vitamina A e ferro em crianças de 6 a 12 meses. *Artigo, Ciênc. saúde coletiva* 24 (11), Nov 2019. <https://doi.org/10.1590/1413-812320182411.05782018>.
10. Jesus, ERS, et.al. Argentina cim. O estímulo ao vínculo mãe e filho pela importância do aleitamento materno: prevenções e estudos reflexivos. *An. Fórum Inic. Cient. Unifunec*. 8 de outubro de 2020.
11. Lima, BC. et.al. Dilemas e Desafios no aleitamento materno exclusivo – estudo reflexivo. *Revista Pró-UniversUS*, vol. 12, n.o 2, julho de 2021, pp. 58–61. DOI: <https://doi.org/10.21727/rpu.v12i2.2668>.
12. Garção, BOU, et.al. O vínculo empregatício e a licença maternidade como influências na duração do aleitamento materno exclusivo. *Nutrivisa* 11º de abril de 2023.
13. Machado, JPF et.al. Formas de desmame do aleitamento materno: revisão de literatura. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Odontologia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.
14. Gomes RP, et.al. Fatores que levam ao desmame precoce do aleitamento materno / Factors that take early mother's breastfeeding. *Braz. J. Develop*. [Internet]. 2020 Dec. 21
15. Souza TRR, et.al. Aleitamento Humano: a Urgência da Necessidade de Maior Articulação das Políticas Públicas em Promoção da Amamentação no Brasil. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, vol. 5, n.o 4, agosto de 2023, pp. 989–1017. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v5n4p989-1017>.
16. Arantes ZMC, et.al. Políticas públicas e o incentivo a amamentação: uma revisão sistemática da literatura. dezembro de 2022. <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/10923>.

Observação: os/(as) autores/(as) declaram não existir conflitos de interesses de qualquer natureza.